

Formadora na área do Sistema de Normalização Contabilística, no INA — Direção-geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (2015-2019)

Chefe de Divisão da normalização orçamental e controlo, na Divisão de Serviços do Orçamento, na Direção-geral do Orçamento do Ministério das Finanças (2015-2016).

Técnica Superior na Direção-geral do Orçamento do Ministério das Finanças e Administração Pública (2010-2014).

312188527

Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais

Despacho n.º 3888/2019

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo técnica especialista do meu Gabinete a licenciada Diana Braga Neves do Nascimento.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará as funções na área de assessoria jurídica.

3 — O estatuto remuneratório da designada é igual ao dos adjuntos, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 8 de abril de 2019.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

26 de março de 2019. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

Nota curricular

Nome: Diana Braga Neves do Nascimento

Data de nascimento: 26 de junho de 1986

Habilitações académicas e formação complementar mais relevante:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2009). Pós-graduação em Aperfeiçoamento sobre Direito na Investigação Criminal e da Prova na Faculdade de Direito de Lisboa (2011).

Conclusão da parte curricular do Mestrado em Direito Administrativo — Contratação Pública na Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa — Escola de Lisboa (2014).

Experiência profissional:

Dezembro de 2018 — Técnica superior do quadro de pessoal da Direção-Geral do Ensino Superior.

Fevereiro de 2013 a dezembro de 2018 — Bolseira de gestão de ciência e tecnologia na Direção-Geral do Ensino Superior.

Setembro de 2009 a novembro de 2012 — Advogada estagiária (até 22 de novembro) e Advogada (até 31 de janeiro de 2013) no escritório de Advogados MGH, atualmente com a inscrição suspensa a seu pedido.

Atividades complementares:

Junho de 2016 à data — Vogal da Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Direito de Lisboa.

Janeiro de 2007 a março de 2009 — Vogal e Vice-Presidente da Direção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

312178742

Secretaria-Geral

Louvor n.º 158/2019

No momento em que passa à situação de aposentado, ao fim 43 anos de bons e efetivos serviços à Administração Pública, primeiramente no Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, depois com a extinção deste, na Direção-Geral da Administração Interna e, por último, com a extinção desta na Secretaria-Geral da Administração Interna é de toda e da mais elementar justiça prestar público louvor ao Assistente Técnico, António Manuel dos Santos Gonçalves.

Por todo um trajeto profissional vincado de uma dedicação à causa pública e pelas suas qualidades pessoais, de que se destaca o bom relacionamento que manteve com todos aqueles com quem contactou, o espírito de colaboração e o sentido profissional, que foram uma constante no exercício das suas funções, o Assistente Técnico, António Manuel dos

Santos Gonçalves é um exemplo a seguir e a sua conduta profissional eleva e dignifica a Administração Pública, em geral e a Secretaria-Geral da Administração Interna, em particular, que vê sair dos seus quadros um elemento altamente competente e trabalhador.

Pelo seu desempenho e por aquilo que daí resultou de positivo para a imagem da Administração Interna, é-lhe conferido este público louvor.

26 de março de 2019. — O Secretário-Geral, *Carlos Palma*.

312176174

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Aviso n.º 6317/2019

Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), aplicado na ANSR, ao abrigo da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

No âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), aplicado na Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), torna-se público, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, que, na sequência da conclusão do procedimento concursal publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o Código da Oferta OE201810/0838, procedeu-se à celebração de contrato em funções públicas por tempo indeterminado com o trabalhador Helder Luís Antunes Velho Teodoro, na categoria de Técnico de Informática do Grau 1, Nível 1, da carreira de Técnico de Informática, ficando aquele posicionado no 1.º escalão, índice 332, da estrutura indicatória da mencionada categoria, com dispensa de período experimental ao abrigo do previsto no artigo 11.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

27 de março de 2019. — O Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, *Rui Paulo Soares Ribeiro*.

312184128

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 6318/2019

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º, do Regulamento de Admissão para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 1500/2007, de 22 de novembro, notificam-se os candidatos propostos para exclusão do procedimento concursal, aberto pelo aviso n.º 2663/2019, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 34, de 18 de fevereiro de 2019, para que, querendo, se possam pronunciar por escrito, no prazo de 10 dias, em sede de audiência dos interessados, sobre o projeto de não admissão da candidatura, ao abrigo do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

A lista dos candidatos propostos para não serem admitidos ao procedimento concursal e respetivos fundamentos, encontra-se afixada para consulta, nas instalações da Direção-Geral da Administração da Justiça, sita na Av. D. João II, n.º 1.08.01 D/E, Edifício H — 1990-009 Lisboa, e disponível na respetiva página eletrónica em: <http://www.dgaj.mj.pt/sections/files/dgaj/procedimentos-concursais/concurso-externo-de/concurso-externo-de/>.

2 — Os candidatos que pretendam pronunciar-se no âmbito da audiência dos interessados, para efeitos do disposto no ponto n.º 1 do presente Aviso, devem utilizar o formulário tipo aprovado pelo Despacho (extrato) n.º 11321/2009, do Ministro do Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República* n.º 89, 2.ª série de 8 de maio de 2009, que se encontra disponível em: http://www.dgaj.mj.pt/sections/files/dgaj/procedimentos-concursais/formularios_1/, o qual deverá ser remetido pelo correio registado com aviso de receção para o seguinte endereço: Direção Geral da Administração da Justiça, Av. D. João II, n.º 1.08.01 D/E, Edifício H — 1990-097 Lisboa, ou entregue pessoalmente nas Relações Públicas desta mesma Direção-Geral, cuja pronúncia deverá ser identificada com a referência “Procedimento Concursal — Aviso n.º 2663/2019 — Audiência dos Interessados”.

3 — O processo encontra-se igualmente disponível para consulta nas instalações desta Direção Geral, no piso 11.º, das 9:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, mediante marcação prévia.

1 de abril de 2019. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

312194226